

Ministério da Justiça investiga bancos por fraude em empréstimos

O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai investigar 23 bancos e instituições financeiras pela suposta prática de fraude em cartões de crédito consignados. Há denúncias de que diversos consumidores têm sido lesados ao contratarem empréstimo consignado e sendo expostos ao risco de superendividamento.

A denúncia foi apresentada pelo Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública (Nudecon) do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o órgão, têm sido lesados com a emissão não autorizada dos cartões e pela cobrança de juros em faturas com desconto do pagamento mínimo feito diretamente em folha.

Segundo a denúncia, a fraude seria praticada quando, ao contratar um emprés-

timo consignado, o cliente também recebe um cartão de crédito, sem ser informado que o dinheiro tomado como empréstimo, na verdade, seria lançado como saque no cartão e depositado na conta corrente do cliente.

A Nudecon entende que a prática pode levar o cliente ao endividamento, pois o pagamento mínimo, feito através do desconto em folha, abateria apenas o valor dos juros de financiamento do saldo devedor, impedindo a quitação dos outros débitos.

“Desta forma, considerando a existência de 4.575.529 cartões consignados ativos, 3,7% do total de cartões ativos no país, foi determinada a investigação para apurar a ocorrência de prática abusiva”, afirmou o ministério, em nota.

Confira no site do ministério a lista das instituições e bancos a serem investigados (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/bancos-serao-investigados-sobre-possivel-fraude-em-cartoes-de-credito-consignados>).

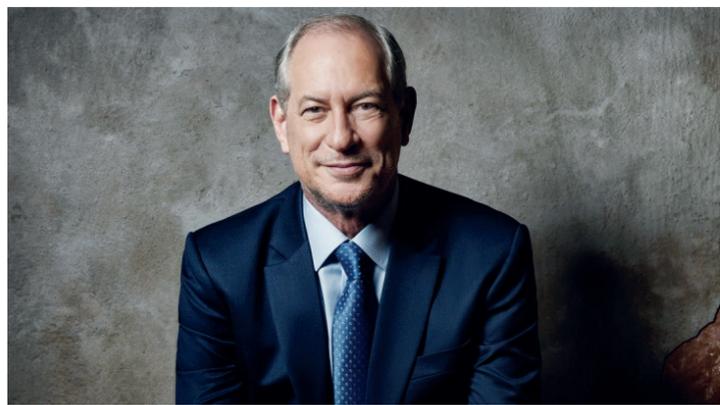
Em nota, a Febraban afirmou que “prestará todos os esclarecimentos necessários às autoridades”, e condenou tentativas de fraude na prestação e oferta de serviços e produtos bancários. Leia a manifestação na íntegra:

“Em relação à investigação do Ministério da Justiça sobre eventual emissão não autorizada de cartão de crédito consignado, a Febraban informa que as instituições financeiras, assim que notificadas, prestarão todos os esclarecimentos necessários às autoridades.

ABR/Folhapress



Economia



‘Lei antigância’ limita o que financeira pode cobrar *Página - 03*

Política

Moraes teve reportagem como única base para decisão contra empresários bolsonaristas *Página - 04*

Candidatos em SP destacam Lula e Bolsonaro e se apresentam em estreia na TV *Página - 04*

Público do Auxílio Brasil pretende voltar a comprar carne e leite, diz pesquisa *Página - 03*



Meio Ambiente

Brasil aproveita crise que faz Europa voltar ao carvão para rebater críticas ambientais *Página - 05*



No Mundo

Líderes latino-americanos apoiam Cristina Kirchner após pedido de prisão



Líderes latino-americanos publicaram nesta quarta-feira (24) uma carta de apoio à vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner.

A defesa coletiva vem na esteira de um pedido de prisão de 12 anos para Cristina feio pelo promotor Diego Luciani na segunda (22), em processo no qual ela é acusada de chefiar um esquema de associação ilícita e fraude ao Estado no período em que foi presidente da República, entre 2007 e 2015.

Luciani também solicitou que Cristina seja inabilitada a concorrer a cargos públicos para o resto da vida e que sejam devolvidos aos cofres

públicos 5,3 bilhões de pesos (R\$ 200 milhões).

“Esta perseguição visa retirar Cristina Kirchner da vida pública, política e eleitoral, bem como enterrar os valores e ideais que ela representa, com o objetivo final de implementar um modelo neoliberal”, lê-se na carta, assinada pelos presidentes do México, Colômbia e Bolívia.

A carta também foi assinada pelo presidente argentino, Alberto Fernandez, que disse na segunda que sua vice foi vítima de uma “perseguição judicial”.

Apesar de não ter assinado o documento, Pedro Castillo, presidente do Peru, repostou a carta com a men-

sagem: “Minha solidariedade à vice-presidente da república irmã Argentina”.

Gabriel Boric, presidente do Chile, também não assinou. A reportagem questionou sua assessoria sobre a ausência de seu nome, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Cristina, uma das principais figuras políticas do país, lidera a ala mais linha-dura da coalizão peronista de centro-esquerda que governa a Argentina desde o final de 2019.

O processo atual começou ainda naquele ano, e espera-se que os juízes emitam um veredito dentro de alguns meses.

Ucrânia acusa Rússia de bombardeios na região de Kiev

O chefe da administração militar regional de Kiev disse nesta quinta-feira (25) que uma região ao norte da capital da Ucrânia foi atingida por mísseis da Rússia durante a madrugada.

Segundo o jornal britânico The Guardian, Oleksii Kuleba publicou no Telegram que várias explosões foram ouvidas por volta das 3h (horário local) no distrito de Vichgorod, mas que, até o momento, não há relato de vítimas ou danos a edifícios residenciais.

Kuleba disse que dois ataques aéreos foram registrados e pediu que os moradores procurem abrigo imediatamente.

O bombardeio ocorre um dia após a Ucrânia celebrar 31 anos de independência do domínio soviético, data que coincidiu com os seis meses do início da guerra. Na noite de quarta (25), o presidente Volodimir Zelenski afirmou que uma estação de trem na região de Dnipropetrovsk (sudeste do país) havia sido atingida por mísseis russos. Nesta quinta, o número de mortos no ataque subiu para 25. De acordo com o Ministério da Defesa da Rússia, forças de Moscou atingiram um trem militar em Tchaplíne, embora Kiev afirme que todos os mortos são civis.

Folhapress



Folhapress

Novos vistos de trabalho para estrangeiros em Portugal entram em vigor na sexta



As alterações no regime de vistos para Portugal, que incluem a criação de uma permissão especial para procurar trabalho no país, entram em vigor a partir desta sexta-feira (26).

As mudanças foram publicadas no Diário da República -o Diário Oficial lusonesta quinta-feira (25), mas vários pontos da lei ainda precisam ser regulamentados.

O texto publicado não dá detalhes sobre quando será o início dos processos de solicitação e de emissão dos documentos. Se os novos vistos de trabalho seguirem o modelo das permissões para estu-

do, o processo ficará a cargo de uma empresa terceirizada.

Enfrentando escassez de mão de obra em vários setores, como no turismo e nos restaurantes -em que os baixos salários e os horários exigentes são pouco atraentes para os próprios portugueses-, Portugal trata os novos vistos como um passo importante para seu crescimento econômico.

Por conta disso, as mudanças tiveram tramitação expressa no Parlamento e foram aprovadas em três turnos em um mesmo dia, há pouco mais de um mês.

As mudanças têm como plano central a facilitação da

mobilidade entre cidadãos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para os brasileiros, a principal alteração é a criação do visto para procurar trabalho em Portugal.

Com a nova permissão, os estrangeiros terão um prazo de 120 dias, prorrogável por mais 60, para serem contratados. Caso não consigam um emprego após o período estipulado, deverão obrigatoriamente sair do país e só poderão fazer um novo pedido após um ano do fim da validade do visto anterior.

Giulliana Miranda/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

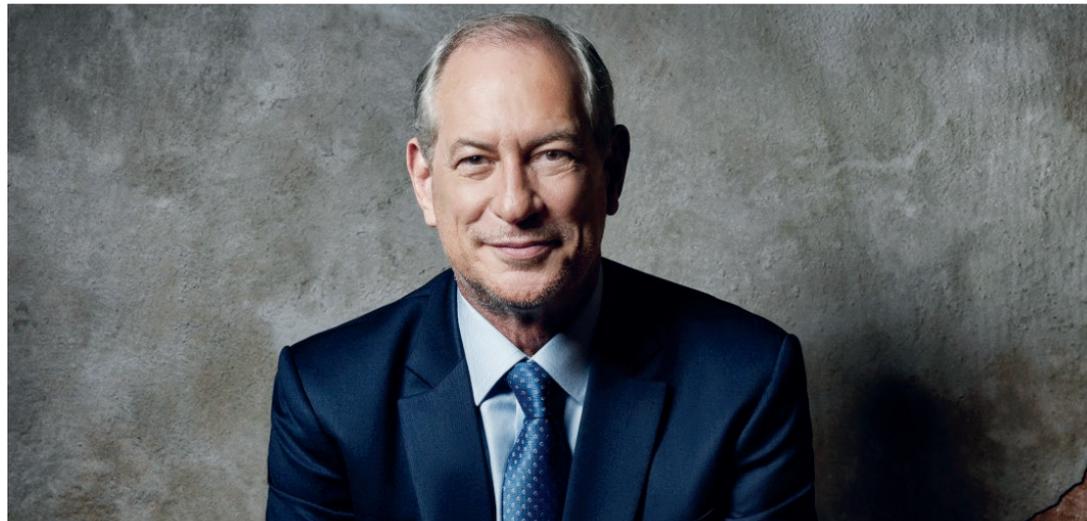
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



‘Lei antigianância’ limita o que financeira pode cobrar



A “lei antigianância” – termo criado e citado pelo candidato Ciro Gomes (PDT) no Jornal Nacional desta terça (23) – está em uso no Reino Unido desde 2015. Conforme disse o presidente, o cidadão que pagar o equivalente a duas vezes sua dívida tem seu débito saldado.

No entanto, a medida inglesa não serve para qualquer dívida e é bem específica: seu alvo é o high-cost short-term credit (HCSTC, ou crédito de curto prazo e alto custo). Nesse tipo de empréstimo, o cliente não precisa apresentar garantias e pega dinheiro basicamente para sobrevivência no dia a dia.

A média desses empréstimos é de £ 100 (R\$ 605) – valor que baixou para £ 60 (363)

após a implantação das novas medidas em 2015. Antes, os juros chegavam a 4% ao dia, e o dinheiro poderia ser pago em 30 dias ou em 12 meses.

O HCSTC é um empréstimo não oferecido pelos bancos ingleses. Quem o pratica são financeiras privadas. Segundo estudo da Financial Conduct Authority (FCA), que regula as leis financeiras no país, 37 dessas empresas respondem por 99% dos empréstimos HCSTC.

Em dezembro de 2013, o Parlamento pediu que a FCA criasse um regulamento para proteger os endividados dos juros excessivos. A agência, então, estabeleceu três limites para o HCSTC: que os juros máximos ao dia sejam de 0,8%; que as multas por não

pagamento não excedam £ 15 (R\$ 90); e, finalmente, que os juros totais não ultrapassem 100% do dinheiro emprestado. É neste último limite que a equipe de Gomes se inspirou para criar a “lei antigianância”. “Estamos dizendo que, se você pagou o dobro do que pegou, a dívida estará liquidada”, disse o coordenador do programa de governo do presidente, o economista Nelson Marconi.

“Nossa ideia para o Brasil é aplicar esse limite para três tipos de dívidas: cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal. No crediário, não estamos mexendo porque haveria confusão no comércio e ficamos com medo de prejudicar o consumidor”, disse.

Ivan Finoti/Folhapress

Público do Auxílio Brasil pretende voltar a comprar carne e leite, diz pesquisa



Carne bovina e leite são os principais produtos que beneficiários do Auxílio Brasil deixaram de comprar nos últimos meses e pretendem voltar a consumir a partir do aumento do benefício para R\$ 600.

A conclusão é de uma pesquisa divulgada pela Asserj (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro).

O levantamento foi produzido nos últimos dois finais de semana em quatro supermercados da zona norte e da zona oeste do Rio. Segundo a entidade, 425 consumidores aceitaram responder às perguntas.

Em torno de 42% afirmaram receber recursos de algum programa de complemento de renda do governo federal. Com folga, o Auxílio

Confiança de empresários cai 1,8% em relação a julho, mostra CNC

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) de agosto, divulgado ontem (25) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), alcançou 124 pontos, mostrando queda de 1,8% em relação a julho, na comparação com ajuste sazonal. De acordo com a CNC, essa foi a primeira redução no otimismo dos varejistas brasileiros desde março. Na comparação com agosto do ano passado, entretanto, o nível de confiança dos comerciantes subiu 7,8%.

Falando à Agência Brasil, a economista da CNC, Izis Ferreira, esclareceu que essa elevação do otimismo na comparação anual revela o efeito

da retomada do fluxo de pessoas nas ruas e no comércio. “O segundo semestre do ano passado teve uma melhora significativa na atividade do comércio. Mas a base ainda era muito baixa em relação ao segundo semestre de 2020”.

O efeito positivo da retomada do varejo, que começou no segundo semestre do ano passado, veio se consolidando ao longo do ano. “Não teve piora no cenário de pandemia, não teve necessidade de novas restrições, a cobertura vacinal foi aumentando e, aí, o comércio foi sentindo esse benefício, digamos assim, da retomada, do fluxo de pessoas nas ruas, buscando estarem mais nos espaços comerciais e isso refletiu na comparação anual”.

Alana Gandra/ABR



Brasil foi o mais citado pelo grupo (92%). Benefícios pagos para compra de gás (31%) e auxílios para caminhoneiros (1%) e taxistas (3%) também foram mencionados.

De acordo com a pesquisa, a carne bovina (80%) foi o item mais lembrado entre aqueles que deixaram de comprar produtos nos últimos meses e pretendem retomar o consumo a partir das transferências. Leite e derivados (57%) aparecem na sequência.

Carne de frango (45%), produtos de limpeza (44%), pães, bolos e biscoitos (43%) e produtos de higiene pessoal (41%) também estão entre as mercadorias assinaladas. As respostas são cumulativas.

“A leitura mostra que temos uma demanda reprimida”, diz Ana Paula Rosa,

diretora geral da Asserj. Ela projeta um aquecimento das vendas a partir dos benefícios no segundo semestre.

O governo Jair Bolsonaro (PL) aposta em medidas como a ampliação do Auxílio Brasil para atenuar os impactos da perda do poder de compra dos brasileiros às vésperas das eleições.

A carestia de alimentos afeta sobretudo os mais pobres, que têm menos condições para encarar os aumentos.

As carnes, por exemplo, subiram ao longo da pandemia com a demanda aquecida no mercado internacional e o avanço dos custos de produção, segundo analistas.

O leite, que passou a custar mais do que a gasolina recentemente, também foi impactado pela pressão de custos.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Moraes teve reportagem como única base para decisão contra empresários bolsonaristas



A decisão de Alexandre de Moraes contra empresários bolsonaristas atendeu a um pedido da Polícia Federal que tinha como base somente uma reportagem sobre conversas de teor golpista. Nenhuma outra diligência preliminar foi realizada antes de o ministro do STF autorizar as medidas de busca e apreensão.

Segundo informações colhidas pela Folha, as ações solicitadas tinham o objetivo de investigar e paralisar imediatamente qualquer eventual tipo de financiamento em andamento de ações antidemocráticas.

A decisão de Moraes é mantida em sigilo, e não há prazo para o segredo de Justiça cair. De acordo com relatos, as citações nas men-

sagens aos atos convocados para o 7 de Setembro por Jair Bolsonaro (PL) foram levadas em conta ao permitir as buscas realizadas pela PF.

As conversas entre os empresários foram reveladas pelo site Metrôpoles. Após a divulgação das mensagens, participantes do grupo negaram intenção golpista.

Numa das mensagens, o empresário José Koury, do Barra World Shopping, diz preferir um golpe à volta do PT e que “ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil” caso o país vire uma ditadura.

Koury, ainda de acordo com o Metrôpoles, sugeriu o pagamento de bônus a funcionários que votassem conforme a indicação dos empresários.

O entendimento de pessoas que participam da apuração é que, se comprovada a

atuação dos empresários para organizar ou financiar qualquer ato contra o Estado democrático de Direito, trata-se de mais um evento de associação criminosa investigada no inquérito das milícias digitais. Assim, o pedido foi feito dentro dessa investigação cuja relatoria cabe a Moraes.

A Folha apurou que essas medidas mais invasivas foram escolhidas devido à necessidade de acesso com rapidez ao conteúdo das mensagens para comprovar ou não a ação dos empresários.

A conta feita é que a quebra do sigilo telefônico e de apps de comunicação levaria mais tempo e poderia não permitir o acesso às conversas, já que nem sempre elas ficam armazenadas na nuvem dos usuários.

Fábio Serapião/Folhapress

Ex-secretário de Bruno Covas participará da equipe de campanha de Alckmin

Ex-secretário municipal em São Paulo nas gestões João Dória (PSDB), Bruno Covas (PSDB) e Ricardo Nunes (MDB), Orlando Faria fará parte da coordenação das campanhas de Geraldo Alckmin (PSB), vice de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa pela Presidência, e de Márcio França (PSB), que busca vaga no Senado.

Faria, que é tucano, atualmente é secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, associação pública formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. O presidente do con-

sórcio é Paulo Serra (PSD), prefeito de Santo André.

Na Prefeitura de São Paulo, Faria ocupou os cargos de secretário da Casa Civil, de Turismo e da Habitação após passagem pelo governo do estado. Ele é um dos membros de grupo de tucanos que era liderado por Bruno Covas, morto em maio de 2021.

Ele comporá a equipe de Alckmin ao lado de Floriano Pesaro e Silvio Torres, que deixaram o PSDB rumo ao PSB para acompanhar o ex-governador. Durante a semana, Faria já organizou encontro entre Alckmin e representantes das centrais sindicais, em São Paulo.

Fábio Zanini/Folhapress



Candidatos em SP destacam Lula e Bolsonaro e se apresentam em estreia na TV



No primeiro programa eleitoral de TV e rádio, nesta sexta (26), os candidatos ao Governo de SP pretendem seguir a receita básica de apresentar seus currículos e marcar posição no jogo político nacional.

Assim, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), padrinho de Fernando Haddad (PT), e o presidente Jair Bolsonaro (PL), fiador de Tarcísio de Freitas (Republicanos), aparecerão no horário eleitoral oferecendo apoio em depoimentos gravados especialmente para a estreia dos candidatos.

Após sorteio da Justiça Eleitoral, Vinicius Poit (Novo) será o primeiro a exibir sua propaganda. A ordem que se segue, todos os dias, é Tarcísio,

Haddad, Rodrigo Garcia (PSDB) e Elvis Cezar (PDT).

Rodrigo, que busca a reeleição, terá o maior tempo na TV, com 4 minutos e 17 segundos. Tarcísio vem na sequência, com 2 minutos e 19 segundos, quase o mesmo tempo de Haddad - 2 minutos e 18 segundos. Elvis terá 43 segundos, e Poit, 20 segundos.

O tucano também é o candidato com a maior quantidade de inserções - conteúdos publicitários de 30 e 60 segundos que começam a ser veiculados na sexta-feira ao longo da programação de rádio e TV. A propaganda eleitoral será exibida até 29 de setembro.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, a campanha de Rodrigo aposta na maior exposição para superar Tarcísio

e chegar ao segundo turno. Pesquisa Datafolha divulgada no último dia 18 mostrou Haddad à frente, com 38%, seguido de Tarcísio, com 16%, e Rodrigo, com 11%. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Mesmo os adversários do tucano admitem que o início do programa na TV pode beneficiá-lo. Todas as campanhas afirmam que a propaganda eleitoral tem potencial para mudar o cenário, uma vez que, próximo à data da votação, leva a mensagem dos candidatos a eleitores ainda alheios ao pleito.

O horário eleitoral para candidatos ao governo dura dez minutos e é exibido duas vezes por dia - às 7h15 e às 12h15 no rádio e às 13h15 e às 20h45 na TV. Bruno Soraggi/Folhapress

Brasil aproveita crise que faz Europa voltar ao carvão para rebater críticas ambientais



Com o início da Guerra da Ucrânia e o distanciamento imposto ao governo russo, os países europeus têm entrado em alerta sobre os riscos de uma crise de energia no continente, conforme o inverno se aproxima.

Criticado no exterior pelo aumento do desmatamento e por um discurso agressivo contra comunidades indígenas e quilombolas, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) tem aproveitado o aumento do uso de carvão na Europa e os movimentos recentes de compra de gás para rebater críticas à política ambiental e tentar mudar o tom nas exigências feitas ao Brasil.

Durante um evento com empresários da indústria na última terça-feira (23), em

São Paulo, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, disse que questionou recentemente um embaixador alemão sobre as críticas feitas ao governo Bolsonaro, apontando que o país europeu buscou o Qatar, no Oriente Médio, para comprar gás, após a Guerra da Ucrânia.

“A Alemanha, por exemplo, está em uma encruzilhada pela busca de energia via carvão. Triplicou o preço do carvão e eles não conseguem transportar, por causa da seca nos rios”, disse Leite.

“Então, eles foram buscar gás no Qatar e uma crítica minha ao embaixador alemão foi: espera um minuto, vocês vão buscar gás de um país que não protege minorias e vêm aqui falar de desmatamento,

de índio, daquilo, de quilombola? Mas quando você precisa do seu gás, esquece tudo aquilo e corre lá?”, questionou o ministro.

A economia da Alemanha perderá mais de EUR 260 bilhões (R\$ 1,3 trilhão) em valor agregado até 2030 devido à Guerra da Ucrânia e aos altos preços da energia, com efeitos negativos para o mercado de trabalho, de acordo com um estudo do IAB (Instituto de Pesquisa de Emprego).

O PIB ajustado aos preços da Alemanha será 1,7% menor e haverá cerca de 240 mil pessoas a menos empregadas, segundo o estudo.

Ao relatar a conversa com o embaixador, Leite disse que é preciso trazer um pouco de equilíbrio na discussão.

Douglas Gavras/Folhapress

Tem dinheiro grande vindo aí para os Fundos ‘verdes’, que atrelam performance à responsabilidade ambiental



O negócio da ENC Energia não é glamoroso: produzir energia a partir do lixo. Mais especificamente, gerar eletricidade por meio da queima de biogás proveniente da decomposição de rejeitos colocados em aterros sanitários. Por isso, o engenheiro e CEO da ENC, Rodrigo Missel, se acostumou a ter trabalho para apresentar sua empresa para investidores durante meados de 2021, quando a companhia estava preparando sua segunda captação de recursos por meio da emissão de debêntures, com a meta de levantar R\$ 60 milhões. “Foram muitas reuniões, todas demoradas”, disse ele. “Tínhamos de apresentar detalhadamente não apenas a empresa, mas as características do negócio e as vantagens

Ocupação de área às margens de rios e córregos quase dobra em 35 anos no país

Uma análise realizada pelo MapBiomias com base em imagens de satélite capturadas entre 1985 e 2020 mostra que a área urbanizada às margens de rios, córregos e nascentes quase dobrou no país em 35 anos.

Essas faixas são APPs (Áreas de Preservação Permanente) e, de acordo com o Código Florestal, devem ter no mínimo 30 metros. No caso de rios mais largos, a APP pode chegar a 500 metros.

O levantamento apontou que as áreas urbanizadas dentro das APPs de rios e córregos —ou seja, em que há construção e infraestrutura— saltaram de 61,6 mil hectares, em 1985, para 121 mil hectares em 2020.

Edimilson Rodrigues, um dos autores do estudo, acrescenta que preservar essas áreas é fundamental em um con-

texto de mudanças climáticas e eventos extremos.

“Com o agravamento da crise climática, que está afetando a regularidade e o volume das chuvas, a preservação das áreas sem construções no entorno de corpos hídricos torna-se crítica para a segurança das pessoas e para a qualidade ambiental”, diz.

A estimativa é que a área total de APPs de corpos hídricos (rios e córregos) no país —considerando a faixa mínima de 30 metros— seja de 422 mil hectares. Assim, os 121 mil hectares de áreas ocupadas representam 29% do total.

Conforme a nota técnica do MapBiomias, a responsabilidade de manter preservados os 71% restantes é das prefeituras, que desde dezembro têm o poder de regulamentar as faixas de restrição às margens de rios, córregos e lagos nos seus limites urbanos. Folha



para os clientes em comprar essa energia.”

O trabalho envolveu diversas apresentações e muitas visitas dos interessados às unidades geradoras, todas localizadas em aterros. Em 2022, quando a ENC preparava sua terceira emissão, com meta de captar R\$ 110 milhões, Missel percebeu uma mudança abrupta no interesse do mercado. “A adesão dos investidores foi maciça”, disse ele. “Se em 2021 foi preciso dar muitas explicações e ter muito trabalho de convencimento, neste ano foi só avisar a eles que havíamos lançado mais uma oferta.” O resultado surpreendeu. “Todos os investidores com quem entramos em contato participaram da captação, e muitos ficaram de fora.” A empresa planeja novas captações em 2023 e

em 2024, e Missel disse esperar que o interesse não se dissipe. “Muitos investidores já disseram que querem participar das outras emissões.”

Mesmo envolvendo temas como lixo e aterros sanitários, a atividade da ENC é irresistível. Quando contrata eletricidade gerada por meio da queima de um gás que seria liberado na atmosfera, uma indústria reduz sua pegada de carbono. Isso melhora a classificação de risco ambiental. E reduz seus custos na hora de captar dinheiro, pois há muitos recursos destinados para esses fins. Com isso, a agenda de sustentabilidade, antes um segmento de nicho no mercado financeiro, na melhor das hipóteses, vira parte integrante do dia a dia dos profissionais das finanças.

IstoéDinheiro

**Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.**

CNPJ/ME nº 40.997.635/0001-20 – NIRE 35.300.565.444

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2022

Data, Hora e Local: Aos 15/08/2022, às 10h00 na sede social da Companhia. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Presidente; e Thais de Castro Monteiro, Secretária. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** (I) 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com instituição de patrimônio separado (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada; (II) autorização aos diretores da Companhia para praticar atos necessários à realização e efetivação da deliberação descrita acima, incluindo, sem limitação, o estabelecimento dos termos e condições definitivos da Emissão, por meio da celebração de todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão, incluindo, sem limitação, a “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Instituição de Patrimônio Separado, para Colocação Pública com Esforços Restritos, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.” (“Escritura”), o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Endosso Sem Coobrigação e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Companhia, a QI Sociedade de Crédito S.A., CNPJ/ME nº 32.402.502/0001-35 (“QI”), tendo por objeto a cessão e endosso, pela QI à Companhia, de cédula de crédito bancário a ser emitida pela Holding Codesa S.A., CNPJ/ME nº 45.024.766/0001-44 (“Emitente”), no valor total de principal de R\$ 100.000.000,00 (“Contrato de Cessão e Endosso” e “Cédula”) e o “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Instituição de Patrimônio Separado, para Colocação Pública com Esforços Restritos, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.”, a ser celebrado entre a Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., CNPJ/ME nº 03.751.794/0001-13 e a Companhia (“Coordenador Líder” e “Contrato de Distribuição”); e (III) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta Restrita (abaixo definido). **Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** (I) Aprovada a realização pela Companhia, da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com instituição de patrimônio separado, a qual será objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, na forma da Instrução CVM nº 476/09, com as seguintes características e condições: (a) Número da Emissão: 1ª emissão de Debêntures da Companhia; (b) Nº de Séries: Série única; (c) Quantidade de Debêntures: 100.000 Debêntures; (d) Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura (“Data de Emissão”); (e) Valor Total da Emissão: R\$100.000.000,00, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”); (f) Valor Nominal Unitário: R\$1.000,00 (“Valor Nominal Unitário”); (g) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida de sobretaxa de 6,00% ao ano, expressa em percentual ao ano, base 252 dias (“Remuneração”); (h) Conversibilidade, Comprovação de Titularidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo escriturador a ser contratado. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela B3; (i) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirográfrica, com instituição de patrimônio separado; (j) Garantias: Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, sobre as Debêntures prestadas pela Companhia ou qualquer terceiro (sem prejuízo das Garantias Reais (abaixo definido)); (k) Prazo e Data de Vencimento: Sem prejuízo da declaração de seu vencimento antecipado e do previsto na alínea “(m) Resgate/

Amortização Antecipada”, a Companhia obrigará-se a proceder ao pagamento integral do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, acrescido da Remuneração, devidos e calculados na forma prevista na Escritura, e demais encargos devidos, em 2025, na data a ser definida na Escritura (“Data de Vencimento das Debêntures”); (l) Vencimento Antecipado das Debêntures: poderá ser declarado na ocorrência de hipóteses especificadas na Escritura; (m) Resgate/Amortização Antecipada: As Debêntures poderão ser objeto de Resgate Antecipado Facultativo Debêntures, de Resgate Antecipado Taxa Substitutiva Debêntures e da Amortização/Resgate Debêntures Vencimento Antecipado Cédula, conforme definidos e previstos na Escritura. A Companhia deverá, nos termos da Escritura, utilizar os recursos transferidos pelo Emitente para a Conta Centralizadora, no prazo previsto na Escritura, no âmbito de um Resgate Antecipado Facultativo, de um Resgate Antecipado Taxa Substitutiva ou de um Amortização/Resgate Vencimento Antecipado Cédula, a título de amortização proporcional ou resgate integral da Cédula, conforme o caso, em conformidade com a Ordem de Alocação de Recursos e com a Escritura, por meio dos procedimentos adotados pela B3. (n) Prêmio: Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Debêntures, será devido, dentre outros valores, prêmio em montante equivalente ao Prêmio de Resgate Antecipado previsto na Cédula; (o) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de melhores esforços de colocação da totalidade das Debêntures (“Oferta Restrita”), com intermediação do Coordenador Líder, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 Investidores Profissionais, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09 e os termos e condições da Escritura e do Contrato de Distribuição. (p) Lastro das Debêntures: significa, em conjunto ou separadamente, a Cédula, as garantias reais vinculadas à Cédula (“Garantias Reais”), o Contrato de Cessão e Endosso e os bens, direitos, ações, pretensões e/ou exceções, diretos ou indiretos, decorrentes/vinculados à Cédula; (q) Patrimônio Separado: A Companhia instituirá regime fiduciário sobre a Cédula e os demais bens e direitos que constituem o Lastro das Debêntures e integram o Patrimônio Separado, os quais integram o Patrimônio Separado constituído em favor dos Debenturistas, administrado pela Companhia ou, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário (“Regime Fiduciário”); (r) Segregação do Lastro das Debêntures: A Cédula e os demais bens e direitos que constituem o Lastro das Debêntures e integram o Patrimônio Separado são segregados do restante do patrimônio da Companhia, mediante instituição de Regime Fiduciário, na forma prevista na Escritura, na Lei 14.430/22 e nos termos dos demais normativos aplicáveis; (s) Destinação dos Recursos e Lastro das Debêntures: Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Debêntures deverão ser integralmente acolhidos pela Companhia na Conta Centralizadora, submetida ao Regime Fiduciário e atrelada ao Patrimônio Separado. Observado o disposto no Contrato de Distribuição e na Escritura de Emissão, a Companhia utilizará os recursos provenientes da integralização das debêntures no pagamento do preço de aquisição da cédula de crédito bancário cedida e endossada à Companhia nos termos do Contrato de Cessão e Endosso; (t) Custos de Implementação da Emissão: O pagamento dos custos de implementação da Emissão, a serem descritos em anexo específico na Escritura, será realizado diretamente pela Emissora, nos termos da Escritura com os recursos do patrimônio separado; (u) Preço de Integralização: significa o preço de subscrição das Debêntures, correspondente ao Valor Nominal Unitário na 1ª data de integralização das Debêntures (“Data de Integralização”), ou o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração desde a 1ª Data de Integralização até a data da efetiva integralização das Debêntures, nos termos da Escritura; (v) Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão inscritas no mercado primário e integralizadas, pelo Preço de Integralização, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ou em data posterior, de acordo com os procedimentos da B3, na Escritura e no Contrato de Distribuição; (w) Depósito para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para (1) distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3; e (2) negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (x) Atualização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (y) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação; (z) Aquisição Facultativa: A Emissora renuncia desde já sua faculdade legal de adquirir, total ou parcialmente, as Debêntures, sem prejuízo de seu vencimento antecipado e do previsto na alínea “(m) Resgate/Amortização Antecipada”, conforme o caso; (aa) Local de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (bb) Publicidade: Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no jornal indicado na Escritura e na forma de aviso no [website](http://www.b3.com.br) da Companhia, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei 6.404/76, as exigências e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09, inclusive em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição e os prazos legais e a Resolução CVM nº 44, de 23/08/2021; (cc) Pagamentos Condicionados Decorrentes da Realização dos Créditos: Exceto nas hipóteses previstas na Legislação Aplicável, a realização dos créditos decorrentes das Debêntures encontra-se limitada à liquidação da Cédula e dos demais bens e direitos que constituem o Lastro das Debêntures e integram o Patrimônio Separado, não podendo ser havidos contra o patrimônio geral da Companhia e/ou outros patrimônios separados. A obrigação da Companhia de efetuar o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas, incluindo principal e encargos, encontra-se condicionada e subordinada ao efetivo recebimento e/ou execução, pela Companhia, da Cédula e dos demais bens e direitos que constituem o Lastro das Debêntures e integram o Patrimônio Separado, com estrita observância aos termos e condições previstos na Cédula e nos demais Documentos da Operação. Em cada data de pagamento, os valores devidos e pagos, em moeda nacional, a título de principal e encargos das Debêntures, não poderão exceder os valores obtidos pelo recebimento da Cédula e dos demais bens e direitos que constituem o Lastro das Debêntures e integram o Patrimônio Separado e, sempre observada a Ordem de Alocação de Recursos; (dd) Encargos Moratórios: significam os valores a serem pagos pela Companhia aos Debenturistas em decorrência de atraso no pagamento dos valores devidos pelo Emitente nos termos da Cédula, hipótese em que serão devidos aos Debenturistas os encargos moratórios devidos e pagos pelo Emitente, os quais serão repassados aos Debenturistas na medida em que sejam pagos pelo Emitente à Companhia. Todos os encargos e demais acessórios devidos pelo Emitente no âmbito da Cédula serão revertidos pela Companhia em benefício dos Debenturistas e deverão ser, na seguinte ordem: (i) destinados ao pagamento das Despesas; e (ii) rateados entre os Debenturistas, observada sua respectiva participação no valor total da Emissão, para todos os fins, ser acrescidos ao saldo dos valores devidos nos termos da Escritura a cada Debenturista; (ee) Demais Características: As demais características da Emissão e das Debêntures estarão descritas na Escritura; e (ff) Termos Definidos: Os termos utilizados nesta ata e não aqui definidos terão o significado que lhes é atribuído na Escritura. (ii) Autorizaram os membros da Diretoria da Companhia e seus respectivos representantes legais a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (a) celebrar a Escritura, o Contrato de Cessão e Endosso, o Contrato de Distribuição e qualquer outro documento que se faça necessário à Emissão e à Oferta Restrita; (b) definir os termos e condições finais dos documentos referidos em (a) acima, podendo, inclusive, modificar aqueles estabelecidos nesta ata; (c) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços: (1) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para serem responsáveis pela estruturação, coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09; (2) assessor jurídico; (3) escriturador; (4) agente fiduciário; (5) banco liquidante; (6) auditor independente; e (7) eventuais outras instituições, juízo-lhes os respectivos honorários; e (d) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e assinar os documentos necessários à sua efetivação, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e (iii) Aprovaram e ratificaram todos os atos já praticados pela Diretoria relacionados à Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa – Presidente; Thais de Castro Monteiro – Secretária. JUCESP. Certificado o registro sob o nº 428.256/22-3 em 19/08/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Com NY, Ibovespa sobe 0,56%, aos 113,5 mil pontos, na véspera de Powell

Mesmo com moderada realização de lucros em Petrobras (ON -1,01%, PN -1,07%) em dia de recuo para o petróleo, o desempenho de Vale (ON +1,94%) e dos grandes bancos (BB ON +2,38%, máxima do dia no fechamento; Itaú PN +1,24%) assegurou mais um leve avanço para o Ibovespa, em semana de fluxo acomodado pela expectativa em torno de Jerome Powell, presidente do BC norte-americano, que falará nesta sexta-feira no simpósio de

Jackson Hole. Enquanto o mundo aguarda sinais sobre os juros dos Estados Unidos, o Ibovespa subiu nesta quinta-feira 0,56%, a 113.531,72 pontos, entre mínima de 112.768,19 e máxima de 114.156,20, saindo de abertura aos 112.897,84 pontos.

Na semana, a referência da B3 ganha 1,83%, colocando a alta do mês a 10,05% e a do ano a 8,31%. O giro financeiro ficou em R\$ 23,8 bilhões na sessão.

“A Bolsa tem mostrado recuperação mesmo sem ajuda da Vale, negociada ainda abaixo de R\$ 70 no ano, ON ainda cede 3,27%. Tem havido fluxo para a B3 e, com o S&P 500 no nível em que está, ainda há como atrair recursos, com os descontos que ainda se tem por aqui. Mas o Ibovespa tem estado mais lateralizado nessas últimas sessões, à espera também do que Powell dirá em Jackson Hole. Existe expectativa para uma narrativa mais ‘hawkish’, dura, do Fed o BC americano”, diz Ermínio Lucci, CEO da BGC Li-

quidez. “A inflação mostrou moderação recentemente nos Estados Unidos, mas o mercado de trabalho está muito ajustado, com taxa de desemprego bem baixa, em nível pré-pandemia, e crescimento real da renda salarial”, acrescenta.

Assim, com foco total no cenário externo, o noticiário doméstico segue em segundo plano, mesmo nesta semana de entrevistas dos candidatos à presidência em horário nobre da TV Globo – nesta quinta-feira, a expectativa era para o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no JN. “A volatilidade que se antecipava para o período eleitoral ainda não veio, ao contrário de outros anos. O externo tem ditado, muito mais do que o doméstico. Não há ainda muita clareza, indicação sobre a economia, e é provável que se venha a ter isso apenas depois de outubro. O mercado então aguarda, não tem como colocar no preço agora”, observa Lucci.

IstoéDinheiro

Juros sobem com fatores técnicos, na contramão dos Treasuries e commodities

Os juros futuros subiram nesta quinta-feira, em trajetória oposta a das curvas no exterior e das commodities, que caíram. Num dia de agenda e noticiário domésticos sem destaques, a sessão teve caráter técnico bem marcado em função do leilão grande de prefixados do Tesouro, cuja oferta foi absorvida integralmente.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 avançou de 13,11% no ajuste anterior para 13,20% e a do DI para janeiro de 2025, de 11,96% para 12,13%. O DI para janeiro de 2027 fechou com taxa de 11,89%, de 11,67% no ajuste anterior.

Após iniciarem o dia perto da estabilidade, as taxas começaram a subir ainda pela manhã, com o mercado

na expectativa pelos lotes de LTN e NTN-F que o Tesouro divulgaria às 10h30 e até então com o retorno da T-Note de dez anos ainda em alta. Os volumes de 19 milhões de LTN e de 600 mil vieram abaixo dos megalotes da semana passada, mas com DV01 (risco) elevado, de US\$ 749 mil segundo a Necton Investimentos. As máximas foram atingidas logo após a operação, com players ajustando posições de proteção no DI contra o risco prefixado dos papéis.

Sobre o leilão de LTN, o especialista em renda fixa e professor ligado a Mercado Financeiro na B3, na Anbima e FIA, Alexandre Cabral, lembrou que a operação teve o segundo maior volume do ano e que as taxas subiram, “mas nada que preocupe”.

IstoéDinheiro



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/MF nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A., Realizada em 20 de julho de 2022.

Data, Hora e Local: Aos 20/07/2022, às 9:00 horas, na sede da ("Companhia" ou "Emissora"), na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de Debenturistas representando 100% das Debêntures da 1ª série, 2ª série e 3ª série em circulação. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Fabio Jacob, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Bacha. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a anuência ou não para realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total em até 3 Dias Úteis após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo, em contrapartida ao prazo de 1 Dia Útil após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo nos termos da Cláusula 7.14 da Escritura de Emissão; (ii) a anuência ou não para envio, pela Companhia, da comunicação de resgate antecipado obrigatório total ao Agente Fiduciário, ao Debenturista, à B3, ao Escriturador e ao Banco Liquidante ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total") com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, em contrapartida ao prazo de, no mínimo, 5 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 7.14.1 da Escritura de Emissão; e (iii) autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração de todos os documentos exigidos pela B3 e pelo Banco Liquidante e Escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **Deliberações:** Os Debenturistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar a anuência para realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total em até 3 Dias Úteis após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo, nos termos da Cláusula 7.14 da Escritura de Emissão; (ii) aprovar a anuência para envio, pela Companhia, da Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 7.14.1 da Escritura de Emissão; e (iii) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todas as providências e assinar todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração de todos os documentos exigidos pela B3 e pelo Banco Liquidante e Escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as deliberações acima. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 20/07/2022. Fabio Jacob – Presidente; Carlos Alberto Bacha – Secretário. Concessionária Linha Universidade S.A. (Emissora); Nelson Segnini Bossolan e Juan Antonio Santos De Paz; Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Agente Fiduciário), Carlos Alberto Bacha. JUCESP. Certificado o registro sob o nº 430.452/22-6 em 23/08/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/MF nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A., realizada em 20 de julho de 2022.

Data, Hora e Local: Aos 20/07/2022, às 9:30 horas, na sede da (Companhia ou Emissora), na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de Debenturistas representando 100% das Debêntures da 1ª série, 2ª série e 3ª série em circulação. **Mesa:** Presidida pelo(a) Sr. Marcio Somera, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Bacha. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a anuência ou não para realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total em até 3 Dias Úteis após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo, em contrapartida ao prazo de 1 Dia Útil após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo, nos termos da Cláusula 6.17 da Escritura de Emissão; (ii) a anuência ou não para envio, pela Companhia, da comunicação de resgate antecipado obrigatório total ao Agente Fiduciário, ao Debenturista, à B3, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, descrita na Cláusula 6.17.1 da Escritura de Emissão; ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total") com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, em contrapartida ao prazo de, no mínimo, 5 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 6.17.1 da Escritura de Emissão; (iii) nos termos da Cláusula 6.17.2 da Escritura de Emissão determinar, de boa-fé e seguindo métodos comercialmente aceitos, como perdas ou despesas incorridas (cujo resultado seja expresso em número positivo), limitados aos custos e despesas de liquidação da tesouraria, que a Emissora teria de pagar para garantir o mesmo efeito dos pagamentos devidos que caberia ao Debenturista, de acordo com os termos originalmente acordados, o valor de reposição, que irá compor o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total que (a) será de R\$ 12.000,00 caso o Resgate Antecipado Obrigatório Total seja realizado até 25/07/2022; e (b) não será aplicável caso o Resgate Antecipado Obrigatório Total seja realizado entre 26/07/2022 e a Data de Vencimento Valor de Reposição, a ser pago na forma de prêmio por meio da B3, na data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme aplicável; e (iv) autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração de todos os documentos exigidos pela B3, pelo Banco Liquidante e Escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **Deliberações:** Os Debenturistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar a anuência para realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total em até 3 Dias Úteis após o Desembolso da Dívida de Longo Prazo, nos termos da Cláusula 6.17 da Escritura de Emissão; (ii) aprovar a anuência para envio, pela Companhia, da Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 6.17.1 da Escritura de Emissão; (iii) aprovar, nos termos da Cláusula 6.17.2 da Escritura de Emissão, o Valor de Reposição, a ser pago na forma de prêmio, por meio da B3, na data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme aplicável; e (iii) autorizar o Agente Fiduciário e Companhia a praticarem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração de todos os documentos exigidos pela B3, pelo Banco Liquidante e Escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as deliberações acima. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 20/07/2022. Marcio Somera – Presidente; Carlos Alberto Bacha – Secretário. Concessionária Linha Universidade S.A. (Emissora); Nelson Segnini Bossolan e Juan Antonio Santos De Paz; Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Agente Fiduciário), Carlos Alberto Bacha. JUCESP. Certificado o registro sob o nº 430.453/22-0 em 23/08/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/ME nº 21.455.477/0001-31

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os Srs. Debenturistas a reunirem-se em AGD, a realizar-se no dia 27/09/2022, às 10 horas e 30 minutos, na Sede da Tergos S.A., Avenida Professor Lineu Prestes, 2.242, 2º andar, CIETEC, sala 235, São Paulo-SP, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Apreciação da proposta de Acionistas; e (ii) Deliberação sobre a requalificação de acionista e respectiva aprovação da proposta de isenção de Lock-Up. Os documentos encontram-se na sede para consulta. São Paulo, 26/08/2022 – A Diretoria. (26, 27 e 30/08/2022)

DHL Logistics (Brazil) Ltda.

CNPJ/MF nº 02.836.056/0141-66 – NIRE 35.905.093.053

Edital de Termo de Responsabilidade nº 51/2022

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "DHL Logistics (Brazil) Ltda.", NIRE 35905093053, CNPJ/MF nº 02.836.056/0141-66, localizada na Avenida Liberdade, nº 6315, prédio 05, bloco 1, parte 1, Iporanga, Sorocaba/SP, CEP: 18087-170, Sr. Maurício Moraes de Almeida, portador da cédula de identidade RG nº 25.328.504 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 251.028.338-39, por meio do procurador (nº de registro JUCESP 393.644/22-4), Sra. Karina Miura de Campos, portadora da cédula de identidade RG nº 33.864.928-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 315.173.148-10, assinou em 15/08/2022 o Termo de Responsabilidade nº 51/2022, com fulcro nos Artigos 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do artigo 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do Artigo 8º da supracitada Instrução Normativa. Ademar Bueno da Silva Junior, Vice-Presidente, respondendo pelo expediente da JUCESP.

Fercoi S.A.

CNPJ/ME nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

A administração em exercício convoca os Srs. Acionistas para AGE de Sócios da Fercoi S.A. (Companhia), sociedade por ações, com sede na Av. Henry Ford, 1700, Mooca, São Paulo/SP, em conformidade com o artigo 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, convoca AGE, a ser realizada no endereço da sede social, no dia 02/09/2022, às 08h00 (oito horas), em 1ª convocação, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários globais; (ii) Ratificação da aprovação das contas relativas ao exercício social findo em 31/12/2021. São Paulo, 25/08/2022. Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi – Diretoras. (26, 27 e 30/08/2022)

Visnevski Salioni Negócios Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 11.929.028/0001-24 – NIRE 35.224.295.101

Ata de Reunião de Sócios

Aos 12/08/2022, às 10h00, na sede social da Sociedade, localizada na Rua João Cachoeira, nº 488, conjunto 1004, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, a sócia Sra. Patricia Visnevski Salioni, RG nº 25.524.226-8-SSP-SP e CPF/ME nº 295.019.458-39; que representa a totalidade do capital social, em primeira convocação, para deliberar sobre a Redução do Capital Social da Sociedade. **Mesa:** Sra. Patricia Visnevski Salioni – Presidente e Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a Redução do Capital Social da Sociedade, de R\$ 200.000,00, divididos em 200.000 quotas, no valor nominal e unitário de R\$ 1,00 cada uma, para R\$ 1.000,00 divididos em 1.000 quotas, no valor nominal e unitário de R\$ 1,00 cada uma. A presente Ata foi lida e aprovada por unanimidade, sem reservas ou restrições a qual será publicada em Jornal local de grande circulação e no DOE-SP. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata onde assinam os presentes. Patricia Visnevski Salioni – Presidente, Secretária e Sócia.

Bolsas de NY fecham em alta e ganham força com notícias corporativas em foco

Os mercados acionários de Nova York fecharam em território positivo, nesta quinta-feira, 25. A abertura dos negócios foi mista, em quadro de volatilidade no dia do início do Simpósio de Jackson Hole, no qual há expectativa pela fala do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, na sexta-feira. Nesta quinta-feira, nas bolsas, notícias do setor corporativo foram monitoradas e mexeram com alguns papéis, enquanto indicadores não foram decisivos na jornada.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,98%, em 33.291,78 pontos, o S&P 500 subiu 1,41%, a 4.199,12 pontos, e o Nasdaq avançou 1,67%, a 12.639,27 pontos.

Os futuros de Nova York chegaram a perder fôlego,

mas seguiram em alta, após dados dos Estados Unidos, entre eles o Produto Interno Bruto (PIB).

A segunda leitura do dado mostrou contração de 0,6% no segundo trimestre no país, em números atualizados, confirmando recessão técnica, mas com alguns analistas vendo também aspectos positivos no dado.

A abertura mista em Nova York deu lugar a ganhos, inicialmente modestos, porém mais adiante mais robustos. American Depositary Receipts (ADRs) de grandes empresas chinesas exibiram ganhos, após reportagem do Wall Street Journal informar, a partir de fontes, que a China e os EUA podem fechar um acordo sobre auditoria de empresas chinesas listadas em Nova York, que ocorreria em Hong Kong.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,1167 / R\$ 5,1173 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,1070 / R\$ 5,1090 *

Turismo - R\$ 5,2300 / R\$ 5,3220

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,01%

OURO BM&F

R\$ 290,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,56%

Pontos: 113.352

Volume financeiro:

R\$ 23,800 bilhões

Maiores altas: Alpargatas

PN (10,06%), Azul PN

(5,62%), Gol PN (5,49%)

Maiores baixas: Energisa

UNT (-2,77%), Eletrobras

PN (-1,78%), Cemig PN

(-1,71%)

S&P 500 (Nova York):

1,41%

Dow Jones (Nova York):

0,98%

Nasdaq (Nova York):

1,67%

CAC 40 (Paris): -0,08%

Dax 30 (Frankfurt):

0,39%

Financial 100 (Londres):

0,11%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,58%

Hang Seng (Hong Kong):

3,63%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,97%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,83%

Merval (Buenos Aires):

1,81%

IPC (México): 0,58%

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4829

Dólar (EUA) - 5,1173

Franco (Suíça) - 5,3051

Iene (Japão) - 0,03740

Libra (Inglaterra) - 6,0399

Peso (Argentina) - 0,03725

Peso (Chile) - 0,005636

Peso (México) - 0,2566

Peso (Uruguai) - 0,1267

Yuan (China) - 0,7473

Rublo (Rússia) - 0,08619

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,0953

Negócios

Para Secovi, cidade de São Paulo vive um 'drama' para produzir imóveis



O presidente executivo do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Ely Wertheim, afirmou que a capital paulista vive um “drama” para a produção de imóveis em função da falta de atualização do plano diretor. Ele disse que o mercado paulistano sofre com insegurança jurídica e falta de terrenos, o que tem culminado na elevação dos preços dos imóveis.

“Isso tem criado problemas para produção no mercado”, comentou Wertheim nesta quinta-feira (25), durante painel do Summit Abecip. “Há 20 anos, nem é muito tempo assim, em 20% a 25% do território da cidade era possível fazer um projeto imobiliário e a conta fechava. Hoje

são apenas 3%”, disse, criticando as restrições para construções na capital paulista.

Ele também explicou o motivo pelo qual os projetos parecem tão repetitivos aos olhos da população em termos de plantas, fachada e arquitetura. A justificativa está na demora no processo de produção, desde a compra de terrenos, licenciamento e montagem do estande até a entrega da obra. Isso leva muito tempo e podem surgir aí mudanças nas tendências de consumo. “Demora muito para colocar um empreendimento em campo, e a gente planeja um empreendimento e ele vai entrar em campo daqui a dois ou três anos. As vezes o mercado tem medo de fazer coisas diferentes”, afirmou.

O presidente do Secovi-SP afirmou ainda que o grande número de apartamentos compactos – plantas inferiores a 40 ou 30 metros quadrados, com um dormitório ou do tipo estúdio – é uma consequência de problemas no campo legal, combinado com o avanço de empreendimentos econômicos, dentro do Casa Verde e Amarela.

“Em alguns lugares vai funcionar, porque são bairros mais centrais, como Jardins ou Pinheiros. Em outras localidades menos óbvias, vamos ter problemas. Com o tempo, o casal vai querer ter filhos, etc”.

Nesse caso, porém, há perspectiva de desaceleração no ritmo de alta nos preços.

CNN Brasil

PagSeguro supera previsões de lucro no 2º trimestre

O PagSeguro superou previsões de lucro para o segundo trimestre, fortalecido por aumento da participação no mercado de aquisição e controle das despesas, o que compensou a alta do custo de captação num período de juros em elevação.

O grupo listado na Bolsa de Nova York (Nyse) informou nesta quinta-feira que teve lucro líquido ajustado de 403 milhões de reais, crescimento de 17% ante mesma etapa de 2021. O número veio acima da previsão média de analistas consultados pela Refinitiv, de 367,6 milhões de reais. O lucro contábil ficou em 367 milhões de reais, acréscimo de 35% ano a ano.

O grupo de pagamentos digitais, que se apresenta como o segundo maior ban-

co digital do país, só atrás do Nubank, afirmou ter fechado junho com 15 milhões de clientes ativos, aumento de 1,6 milhão no trimestre.

De abril a junho, o volume total de pagamentos (TPV, na sigla em inglês) atingiu 89 bilhões de reais, alta anual de 58%. No fim do segundo trimestre, o PagSeguro chegou a 10,7% do mercado de aquisição, alta de 1,5 ponto percentual.

A receita líquida do grupo entre abril e junho foi de 3,9 milhões de reais, aumento de 65% em um ano, com elevação de 62% em serviços financeiros e de 68% na aquisição.

Em junho, o PagSeguro atingiu 15,5 bilhões de reais em depósitos, aumento de 163% em 12 meses. A carteira de crédito cresceu 105% ano a ano, a 2,3 bilhões de reais.

IstoÉDinheiro



Latam viaja mais pelo Brasil agora do que antes da pandemia



A companhia aérea Latam, que está em processo de recuperação judicial, registrou este mês uma alta de 8% na oferta de assentos (ASK, na sigla em inglês) no mercado doméstico em relação há três anos, antes da pandemia.

Ao todo, a Latam opera hoje no Brasil 54 destinos, contra 44 de agosto de 2019. É uma marca inédita na história da aérea, formada em 2016 a partir da união entre a chilena Lan e a brasileira TAM.

“Dez novos destinos foram lançados nos últimos 12 meses e, este mês, mais do que dobramos a oferta de voos para Goiás, Minas Gerais e Paraná”, disse à reportagem a diretora de vendas e marketing da Latam Brasil, Aline Mafra.

Os novos destinos são Presidente Prudente (SP), Montes Claros (MG), Juiz de Fora (MG), Cascavel (PR), Caxias do Sul (RS), Jericoacoara (CE), Juazeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Vitória da Conquista (BA) e Sinop (MT). “As novas cidades aumentaram em 22% a quantidade de destinos que temos no Brasil”, afirmou a executiva.

A oferta de voos internacionais da companhia chileno-brasileira, porém, ainda amarga uma queda de 33% em relação a agosto de 2019. Até o momento, a Latam voltou para 20 dos 26 destinos que tinha no exterior a partir do Brasil. Desvalorização do real, aumento do preço das passagens e restrições sanitárias por conta da Covid-19 justificam o recuo.

No mercado doméstico,

porém, a alta ocorre mesmo diante da alta do preço das passagens, puxada pelo aumento de mais de 100% do querosene de aviação no acumulado de 2022.

Aline afirma, porém, que o aumento dos preços é menor para as compras planejadas, feitas com maior antecedência. “Os aumentos expressivos impactam na elasticidade do passageiro que viaja a turismo”, diz. “Mas nós continuamos fazendo promoções”.

Quanto à demanda por assentos no mercado doméstico, o dado fechado mais recente, de julho, apontou crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2019, antes da pandemia. Já no mercado internacional, a queda na demanda nos últimos dois anos foi de 35%.

Daniele Madureira/Folhapress